

o número da classificação dos municípios de interesse turístico do estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Parabéns, deputado Alex. Piracicaba sempre sendo privilegiada pelo trabalho de V. Exa. aqui nesta Casa.

Depois de finalizada a aprovação desses 46 projetos por esta Casa, mais uma vez, quero agradecer aqui a todos os líderes partidários, ao nosso líder do Governo, Xerife do Consumidor, ao nosso coordenador de projetos, Vinicius Camarinha, que se empenhou muito para criar essa relação de projetos, buscando aprovação das bancadas todas.

E, com isto, nós conseguimos quarenta e seis. Temos como meta, agora, deputada Edna Macedo: até o final do mês de agosto, vamos forçar esse mês inteiro para votar projetos de deputados.

Vamos pautar os projetos de todos os deputados. Então, semana que vem, nós vamos ter mais urgências, congresso de comissões e votação, posteriormente, para nós concluirmos, de modo que cada deputado possa ter pelo menos o seu primeiro projeto aprovado neste primeiro semestre, praticamente, e já possamos entrar no mês de setembro com novos desafios de aprovar mais um projeto de cada deputado, para que a gente possa, com isso, ir avançando.

E aprovando projetos tão importantes, como foram apresentados aqui, de todas as ordens. Eu tenho certeza de que, senão todos, a maioria que for sancionada pelo governador são projetos, realmente, que fazem a diferença e vão fazer a diferença na vida dos cidadãos do estado de São Paulo.

Então, eu quero agradecer a todos mesmo por essa compreensão, essa harmonia que existiu para que nós pudéssemos avançar na votação dos projetos. E, como bem disse a deputada Ana Carolina, é nossa obrigação, é meu intuito cada dia mais fortalecer este Parlamento e, principalmente, fortalecer o mandato de cada um dos Srs. Deputados e Sras. Deputados aqui desta Casa.

Muito obrigado a todos.

Nada mais havendo a deliberar, está encerrada a sessão.

\* \* \*

- Encerra-se a sessão às 18 horas e 27 minutos.

\* \* \*

- São inseridas declarações de voto não lidas em plenário.

\* \* \*

Assunto: Declaração de voto contrário ao projeto de lei n. 370/2023.

São Paulo, 11 de agosto de 2023

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Declaração de voto contrário.

Ao projeto de lei n. 370/2023, que “declara feriado estadual o Dia Estadual da Consciência Negra”.

Excelentíssimo Senhor Presidente, venho por meio deste instrumento reiterar meu voto CONTRÁRIO ao Projeto de Lei 370/2023, de autoria do colega Deputado Teonílio Barba, que declara como feriado estadual da consciência negra o dia 20 de novembro, aprovado em 8 de agosto de 2023, por ser contrário à criação de mais um feriado em nosso estado, com prejuízos ao comércio e indústria do estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de estima e consideração.

São Paulo, 10 de agosto de 2023.

Deputado Estadual Gil Diniz

Atenciosamente,

Gil Diniz

DEPUTADO

\* \* \*

Assunto: Declaração de voto contrário ao projeto de lei n. 523/2023

São Paulo, 11 de agosto de 2023

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Declaração de voto contrário.

Ao projeto de lei n. 523/2023, que “Cria o Cadastro Estadual do Criador de Animais – CECA no estado” Excelentíssimo Senhor Presidente, venho por meio deste instrumento reiterar meu voto CONTRÁRIO ao Projeto de Lei 523/2023, de autoria do colega Deputado Rafael Saraiva, que cria o Cadastro Estadual do Criador de Animais – CECA no estado e proibe a venda de cães, gatos e pássaros em estabelecimentos não cadastrados e por pessoas físicas, aprovado em 8 de agosto de 2023, por ser contrário à proibição da comercialização de animais domésticos no estado.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de estima e consideração.

São Paulo, 10 de agosto de 2023.

Deputado Estadual Gil Diniz

Atenciosamente,

Gil Diniz

DEPUTADO

\* \* \*

Assunto: Declaração de voto contrário ao Projeto de Lei nº 523/2023.

São Paulo, 16 de agosto de 2023

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Este Parlamentar vem, respeitosamente, declarar seu voto contrário ao Projeto de Lei nº 523/2023, que "proíbe a criação e revenda de animais em "Pet Shops" e estabelecimentos comerciais e cria o Cadastro Estadual do Criador de Animais - CECA no Estado", aprovado na 25ª Sessão Extraordinária, realizada no dia 08/08/2023.

Aproveita a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Lucas Bove

DEPUTADO

\* \* \*

Assunto: Declaração de voto contrário ao Projeto de Lei nº 637/2023.

São Paulo, 16 de agosto de 2023

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Este Parlamentar vem, respeitosamente, declarar seu voto contrário ao Projeto de Lei nº 637/2023, que "regulamenta a Lei Federal nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica", aprovado na 25ª Sessão Extraordinária, realizada no dia 08/08/2023.

Aproveita a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Lucas Bove

DEPUTADO

\* \* \*

Assunto: Declaração de voto contrário ao Projeto de Lei nº 433/2023.

São Paulo, 16 de agosto de 2023

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Este Parlamentar vem, respeitosamente, declarar seu voto contrário ao Projeto de Lei nº 433/2023, "que obriga bares, restaurantes, lanchonetes, padarias e estabelecimentos similares a servirem água potável filtrada à vontade aos clientes", aprovada na 25ª Sessão Extraordinária, realizada no dia 08/08/2023.

Aproveita a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Lucas Bove

DEPUTADO

\* \* \*

## 9 DE AGOSTO DE 2023

77ª SESSÃO ORDINÁRIA
<p>Presidência: REIS, CARLOS GIANNAZI, TOMÉ ABDUCH e EDUARDO SUPLICY</p>

### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - REIS

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - TOMÉ ABDUCH

Por inscrição, faz pronunciamento.

4 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência.

5 - PROFESSORA BEBEL

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - TOMÉ ABDUCH

Assume a Presidência.

7 - GUTO ZACARIAS

Para comunicação, faz pronunciamento.

8 - BETH SAHÃO

Por inscrição, faz pronunciamento.

9 - SOLANGE FREITAS

Por inscrição, faz pronunciamento.

10 - GUILHERME CORTEZ

Por inscrição, faz pronunciamento.

11 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS

Por inscrição, faz pronunciamento.

12 - EDUARDO SUPLICY

Por inscrição, faz pronunciamento.

13 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência. Endossa o pronunciamento do deputado Eduardo Suplicy.

GRANDE EXPEDIENTE

14 - GUILHERME CORTEZ

Para comunicação, faz pronunciamento.

15 - BETH SAHÃO

Por inscrição, faz pronunciamento.

16 - EDUARDO SUPLICY

Assume a Presidência. Cumprimenta a deputada Beth Sahão por sua atuação parlamentar.

17 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

18 - PRESIDENTE EDUARDO SUPLICY

Comenta pronunciamento do deputado Carlos Giannazi. Informa sobre visita à Alesp da ministra da Cultura, Margareth Menezes, a se realizar amanhã.

19 - CONTE LOPES

Por inscrição, faz pronunciamento.

20 - PAULO CORREA JR

Para comunicação, faz pronunciamento.

21 - PRESIDENTE EDUARDO SUPLICY

Cumprimenta os vereadores Gerson Teixeira e Beto, de Registro; e Ita Ubagil, de Ubatuba, presentes no plenário.

22 - MARINA HELOU

Pelo art. 82, faz pronunciamento.

23 - PRESIDENTE EDUARDO SUPLICY

Agradece à deputada Marina Helou por sua luta em defesa dos livros didáticos.

24 - TEONILIO BARBA

Por inscrição, faz pronunciamento.

25 - PAULO FIORILO

Pelo art. 82, faz pronunciamento.

26 - PRESIDENTE EDUARDO SUPLICY

Cumprimenta o deputado Paulo Fiorilo por sua defesa dos livros didáticos.

27 - PAULO FIORILO

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

28 - PRESIDENTE EDUARDO SUPLICY

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 10/08, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

\* \* \*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Reis.

\* \* \*

- Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Dando início ao Pequeno Expediente, chamamos o deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputada Ediane Maria. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente deputado Reis, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, telespectador da TV Assembleia, hoje professores da rede estadual de ensino acordaram em pânico, preocupados com seus celulares invadidos por um aplicativo, Sr. Presidente, da Seduc. Parece que a Seduc virou... Tem um hacker na Secretaria da Educação, um hacker, Sr. Presidente.

Sem autorização, sem explicação, os professores da rede estadual foram surpreendidos hoje com um aplicativo. Sr. Presidente, isso é grave, porque não houve autorização, não houve explicação.

Isso mostra claramente que há um controle dos nossos professores, dos nossos educadores. Se eles são capazes de fazer isso, o que mais estão armando contra o Magistério, contra os profissionais da Educação e contra a educação do estado de São Paulo?

Tenho aqui, vou colocar aqui, Sr. Presidente. É este aplicativo aí, olha, aplicativo Minha Escola SP, que está sendo instalado sem autorização nos celulares dos professores. Isso é muito preocupante, porque representa uma violação da privacidade dos professores, uma violação dos dados dos professores da rede estadual.

Eu já acionei, pela manhã, o Ministério Público estadual, para que as providências sejam tomadas imediatamente. Isso é de uma gravidade sem precedentes, Sr. Presidente.

Não contente em retirar os livros da rede estadual de ensino, o livro didático do Plano Nacional do Livro Didático, agora a Secretaria da Educação virou hacker. O dono da Multilaser, o secretário estadual da Educação, autoriza a invasão dos celulares dos professores sem autorização.

Mas aí, Sr. Presidente, nós fizemos a denúncia, os professores em pânico, revoltados hoje, em todo o estado de São Paulo, em toda a rede estadual. A Secretaria, me parece, soltou um comunicado dizendo que foi um erro, que foi um erro, mas, Sr. Presidente, esse mesmo erro aconteceu no ano passado lá no estado do Paraná, em novembro.

Olha só, tenho aqui a prova, Sr. Presidente. Tenho uma matéria aqui do Sindicato dos Professores do Paraná. Vou colocar aqui, olha, a mesma coisa: “Educação violada: aplicativo não autorizado surge no celular de professores e professoras e levanta suspeitas”.

Olha, é a mesma coisa, e isso foi dia 19 de novembro de 2022. Quem era o secretário da Educação nesse período, no estado do Paraná? O dono da Multilaser, o Renato Feder.

Eles erraram duas vezes. Erraram lá no Paraná em novembro e cometeram o mesmo erro aqui em São Paulo, que estranho. E me parece, nós estamos aí averiguando, me parece que é a mesma empresa que foi contratada lá para fazer esse trabalho, essa empresa aqui: Alura ou Alura.

Não sei qual a pronúncia dessa empresa, mas nós já estamos investigando essa empresa de informática que estava contratada lá no Paraná e aqui também. Eu vi agora no “Diário Oficial” uma publicação dessa empresa na página da Secretaria da Educação.

Então nós estamos investigando, Sr. Presidente, mas isso é muito grave. Os professores estão com medo, estão se sentindo vigiados, porque recentemente o secretário publicou também uma portaria obrigando, praticamente, os diretores a vigiarem os professores em sala de aula, ou seja, o professor hoje tem que entrar na sala de aula e vigiar o professor, fazer relatório para ver como o professor está dando aula.

É como se viesse alguém aqui, do governo, e começasse a fazer um relatório do comportamento de cada deputado, para ver como ele se comporta, como ele senta, como ele fala na tribuna.

O mesmo acontece com essa portaria que foi editada, foi publicada no “Diário Oficial” recentemente, na Secretaria da Educação. É a famosa portaria do “Vigiar e Punir”, fazendo alusão ao grande filósofo francês Michel Foucault, que tem um livro que fala sobre isso, que é especialista nessa área da microfísica do poder.

Mas, Sr. Presidente, é sério. Eu já acionei o Ministério Público estadual, nós já pedimos a convocação do secretário aqui na Comissão de Educação, porque isso aqui é invasão de privacidade, é colocar em risco os dados dos nossos professores, das nossas professoras, e de toda a comunidade escolar, porque nós estamos analisando se, também, os alunos estão sendo vítimas dessa invasão de privacidade.

É uma espécie de relação abusiva, você levanta e vê um aplicativo desse, é como se fosse um aplicativo espião no seu celular. Então de que mais será capaz a Secretaria da Educação?

Retira o livro didático das escolas, coloca aplicativo sem autorização nos celulares dos professores da Rede Estadual de Ensino, publica a portaria do “Vigiar e Punir”, do que mais será capaz essa Seduc, Sr. Presidente?

Então nós já tomamos providências hoje pela manhã. Acionamos o Ministério Público e estamos também protocolando um requerimento convocando o secretário para prestar esclarecimentos aqui na Assembleia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Seguindo a lista de oradores, deputada Thainara Faria. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Tomé Abduch.

O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde a todos. Boa tarde, senhores parlamentares, a todos presentes. Hoje eu venho a esta tribuna para falar de um assunto que para mim é de extrema importância e faz parte das minhas pautas, que são as pautas conservadoras, que é a descriminalização da maconha.

\* \* \*

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

\* \* \*

Essa pauta se torna importante por diversos aspectos. O primeiro deles é a questão de Saúde Pública, e o segundo a questão de Segurança. É importante a gente compreender um pouquinho como as coisas funcionam hoje em dia e o que que significa descriminalizar o porte de uma determinada quantidade de maconha.

Hoje em dia, quando uma pessoa é pega com uma quantidade dessa droga para uso pessoal, a pessoa não vai presa, mas ela é, sim, criminalizada por isso. Ela passa a ter uma ficha por estar portando um entorpecente.

Descriminalizar as drogas significa que as pessoas que estarão portando uma determinada quantidade, que está parecendo ser preestabelecida em 60 gramas, ela vai passar a não ser mais criminalizada. Ou seja, ela não vai ter mais uma ficha policial.

Vamos compreender o que isso causa hoje na vida da população. Um policial hoje, quando vai fazer uma apreensão de uma pessoa que está carregando drogas, se ele prende essa pessoa ou se ele se aproxima dessa pessoa em uma abordagem, e ela tem uma quantidade inferior à droga que seria criminalizada, ela acaba não tendo nenhum tipo de ação efetiva.

Hoje em dia, nós não conseguimos prender praticamente nenhum traficante de drogas, pela lei que nós temos hoje, que criminaliza. Em que sentido? O traficante de drogas, que normalmente está nos bairros bons...

Não pensem que os traficantes de drogas estão na periferia, nos lugares pobres, dentro de uma comunidade. Eles estão nas ruas boas da nossa cidade, ao lado de nossas escolas, traficando as suas drogas com pequenas quantidades em seus bolsos, e a quantidade maior de droga está no muro de trás, está na rua de trás.

Ou seja, ninguém é preso hoje em dia por traficar drogas. É muito fácil traficar drogas no Brasil, e, infelizmente, os nossos policiais, que estão sempre lutando e trabalhando para poder prender criminosos e traficantes, não consegue fazê-lo, e quando eventualmente uma pessoa dessa vai para delegacia, no dia seguinte ela está solta pela manhã, pois mesmo sendo criminalizada, ela não pode ser presa.

O que querem fazer hoje é permitir que uma pessoa possa andar com até 60 gramas de maconha, que equivale a mais ou menos 60 cigarros, e não é um cigarro pequeno, é um cigarro deste tamanho. Isso é tão absurdo que vai favorecer tanto os criminosos.

Porque aí se hoje, criminalizando, ninguém vai preso, imagine a hora que ninguém mais for criminalizado? Eu acho de uma insanidade, de uma falta de respeito com a sociedade, e o mais importante ainda do que isso, é que essa decisão está sendo tomada pelo Poder Judiciário, e não por nós, que fomos eleitos pelo povo para poder legislar.

É o meu papel como legislador, como deputado, estar legislando. Como que nós vamos ter uma decisão dessa sendo tomada pelo Supremo Tribunal Federal e não pelas nossas Casas? E eu entro nesse assunto.

Muitos podem perguntar: “mas Tomé, por que que você está falando disso dentro da Assembleia Legislativa de um estado, sendo que essas decisões são decisões que acontecem a nível nacional?”. Eu digo isso porque a nossa Cracolândia aqui, que é um dos maiores problemas que nós temos na nossa cidade, será extremamente prejudicada com isso.

Ou seja, o traficante de drogas que está lá distribuindo as drogas, com até 60 gramas, nada acontece com ele. Ele pega a droga, ele repassa para o usuário, que é uma pessoa doente, que tem que ser acolhida, tem que ser tratada, tem que ser cuidada, tem que ser retirada de lá, e essa pessoa pega lá três, quatro cigarros, passa para a pessoa que está ao lado, e essa pessoa que está passando para quem está ao lado, que é o usuário, pode ir preso como traficante de drogas.

Então, ou seja, tá tudo errado nessa decisão, mas o que mais me impressiona é a gente ver grande parte de parlamentares não se levantarem, pelo respeito à nossa instituição, à nossa Casa, ao nosso voto, ao direito que foi passado a nós, de podermos legislar sobre determinados assuntos. Porque nós podemos nesta Casa divergir de determinadas situações.

Eu sou completamente contra o uso de drogas e não criminalizar as drogas, mas podemos ter parlamentares que sejam a favor. Isso tem que ser discutido dentro de uma Câmara Legislativa e tem que ser votado por nós, que estamos aqui.

Quando os senhores vão se levantar para poder discutir esse assunto? Porque esse assunto, hoje, pode ser um assunto favorável à parte da esquerda, mas amanhã pode ser o contrário. Não podemos perder o nosso direito de ter o nosso voto como parlamentares.

Nós lutamos para chegar aqui e poder representar a população. Eu venho aqui indignado dizer que quero representar as pessoas que votaram em mim, sendo contra esse absurdo que está sendo tomado.

E o que mais me preocupa? Uma vez que tiramos do Parlamento e isso acontece pelo Poder Judiciário, ou seja, pelo Supremo Tribunal Federal, quem nos garante que o próximo passo vai ser a cocaína, vai ser a heroína, vão ser outras drogas?

Temos que analisar o que acontece no mundo hoje em dia. Todo mundo que tomou... Grande parte do mundo - a Europa, os Estados Unidos - que tomou tais decisões lá atrás está se arrependendo. Existem “cracolândias” e pessoas se portando como zumbis em praticamente todo o mundo.

Estamos tendo uma doença mundial ocasionada por drogas e a gente se porta de uma maneira irresponsável, primeiro ponto, não analisando isso com debates internos dentro do Parlamento para que possamos dar as nossas opiniões, que devem ser consideradas, e a gente decida o que acontecer...

Eu não estou dizendo que estou certo, estou dizendo que tenho um ponto de vista sobre isso e que tenho que ser respeitado pelo meu ponto de vista. Os senhores têm o ponto de vista de vocês e devem ser respeitados. Nós representamos parte da população. Como vamos transferir uma incumbência que é do Parlamento para um Poder Judiciário? Eu digo a vocês: abram os olhos, porque pode ser que algumas pautas sejam favoráveis a um lado, mas pode ser que chegue um momento em que as coisas se invertam.

Então, peço aqui a responsabilidade de cada um dos senhores para que a gente possa valorizar as nossas casas legislativas e que nosso voto tenha valor. Venho sempre aqui representar meus princípios e valores e eu digo “não” a descriminalizar as drogas. Digo “não” porque penso em nossas crianças, em nossas famílias, eu penso em como é difícil um pai ou uma mãe que tem um filho que é adicto, que é viciado em drogas.

Algumas pessoas acham que ninguém se vicia. “Ah, ele está usando de maneira informal, de vez em quando.” Não, as drogas viciam, as drogas matam e as drogas tiram as vidas. E mais importante: não podemos perder os nossos direitos de sermos verdadeiros legisladores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando sequência à lista de oradores inscritos, com a palavra a deputada Márcia Lia. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.)

Deputada Dani Alonso. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Valdimiro Lopes. (Pausa.) Deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. A deputada Professora Bebel fará uso regimental da tribuna.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, presidente Carlos Giannazi, que ora dirige a Mesa de Trabalhos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Cumprimento a Mesa de Trabalhos, assim como os assessores à minha esquerda, à minha direita, Srs. e Sras. Deputadas, enfim, todos os que nos ouvem e assistem através da Rede Alesp.

Teve aí agora há poucos... Há poucos, não. Desde ontem vem essa onda que está acontecendo, que é o fato de a proteção de dados dos professores da rede estadual ter sido atingida por conta de uma forma de... Que a Secretaria da Educação foi fazer em termos de mexer com número de celular e acabou pegando uma grande gama de professores.

Eu não estou aqui justificando a secretaria. Estou dizendo que foi... O que me foi relatado, estou dizendo. Estou dizendo também que o professor ou a professora que se sentir lesada em seu direito, ela tem o direito de recorrer, porque a proteção de dados é algo assim, que hoje há uma Lei Geral de Proteção de Dados e ela tem que ser fidedignamente resguardada.

Nós temos nossos dados, nós temos nossa vida e isso não pode ficar assim. Eu acabei de falar agora com a Secretaria de Estado da Educação. Deve estar soltando uma nota, mas o fato de soltar a nota não exime quem já foi atingido pela falta de segurança nos seus dados.

Então isso ficou devidamente explicitado, deputado Giannazi. A nota deve chegar, e passo para todos nós aqui para a gente ver as explicações - mas ao mesmo tempo dizer que quem foi atingido tem que recorrer disto. Hoje pela manhã, repercuti na Rádio Matão, ali